

RECURSO ESPECIAL Nº 1.786.031 - RS (2018/0328205-7)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
RECORRENTE : PEITER ASSESSORIA IMOBILIARIA LTDA.
ADVOGADO : DARIO PEITER E OUTRO(S) - RS047722
RECORRIDO : ESPACO URBANO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS
LTDA.
ADVOGADOS : JOSÉ RICARDO DE ARAÚJO COSTA E OUTRO(S) - RS048258
FABÍOLA ESTEVES BARREIROS MARABIZA - RS050914

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com amparo na alínea "a" do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, contra acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 131):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. CORRETAGEM.
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. JUROS DE MORA E
CORREÇÃO MONETÁRIA. EXISTÊNCIA DE DEPÓSITO
JUDICIAL. SÚMULA Nº 179 DO STJ.

1. O entendimento consolidado no STJ é no sentido de que o depósito judicial de valor executado interrompe os efeitos da mora.
 2. A partir do momento em que realizado o depósito, a atualização monetária passa a ser feita pela instituição bancária, nos termos da Súmula nº 179 do STJ, desonerando o devedor. Mantido o reconhecimento do excesso de execução.
- Recurso desprovido.

Opostos embargos de declaração, esses foram desacolhidos (e-STJ, fls. 156-159).

Nas razões de recurso especial, a parte recorrente aponta violação dos arts. 489, I e § 1º, IV, 502 a 508 e 1.022, II e III, do Código de Processo Civil de 2015; 314, 389 e 394 do Código Civil de 2002.

Alega, preliminarmente, a nulidade do acórdão recorrido, por incorrer em negativa de prestação jurisdicional, pois a Corte local não se manifestou "sobre a questão da incidência dos efeitos da coisa julgada, visto que o seu acolhimento alteraria o resultado do julgamento, e a sua rejeição satisfaria o requisito do prequestionamento, permitindo que este STJ rejugasse a matéria de fundo" (e-STJ, fl. 177).

No mérito, sustenta a seguinte tese (e-STJ, fls. 181-182):

No caso, resta claro que a decisão recorrida equipara os efeitos do depósito realizado na fase de conhecimento com os efeitos do depósito implementado na fase de execução, quando se trata de situações que possuem tratamento completamente distintos.

De fato, enquanto o depósito judicial da condenação, implementado na fase de execução, extingue a obrigação do devedor no limite da quantia depositada; o depósito judicial realizado na fase de conhecimento o devedor somente é liberado dos encargos da mora na hipótese de o credor aceitar o depósito parcial, como se depreende do disposto no referido art. 314, do CC.

(...)

Não há, por outro lado, o que se cogitar em responsabilidade da instituição financeira em relação ao pagamento dos consectários incidentes sobre a dívida, como preconizado pela decisão recorrida, haja vista que essa responsabilidade se restringe às hipóteses em que o depósito judicial é implementado na fase de execução.

Ademais, a Súmula 179 desse Superior Tribunal de Justiça não contempla previsão, no sentido de afastar a responsabilidade do devedor em relação ao pagamento dos consectários da dívida, quanto aos valores depositados em Juízo.

Na realidade, a referida Súmula se limita a definir a responsabilidade das instituições financeiras, no que tange ao pagamento da correção monetária em relação aos valores recebidos em depósito judicial.

Agora, isso não autoriza a conclusão da decisão recorrida, no sentido de que, em qualquer situação, o depósito judicial elide a responsabilidade do devedor em relação ao pagamento dos consectários da dívida, quanto ao valor ofertado na fase de conhecimento, através do depósito judicial, notadamente quando se verifica, como no caso, que a importância não corresponde ao montante efetivo da dívida, situação que ensejou a recusa do seu recebimento pela parte credora, ora recorrida.

Contrarrazões apresentadas às fls. 202-208 (e-STJ), pelo não provimento do recurso especial.

O recurso foi admitido na origem, nos termos da decisão de fls. 212-219 (e-STJ).

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Destaco que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei nº 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do Código de Processo Civil de 2015, conforme dispõe o Enunciado Administrativo nº 3/2016 do Superior Tribunal de Justiça.

Com relação à apontada negativa de prestação jurisdicional, observo que a parte recorrente, por meio de embargos de declaração, realmente, buscou esclarecimentos do Tribunal de origem quanto às questões suscitadas nas razões de seu recurso, especialmente sobre "questão relativa à incidência dos efeitos da coisa julgada em relação à matéria relacionada ao termo final da responsabilidade do ora embargado em relação ao pagamento da correção monetária e dos juros de mora sobre o montante do débito" (e-STJ, fl. 145); a afirmação de que o depósito judicial implementado pelo ora agravado em 23.03.2015 correspondeu ao valor da condenação, pois na data indicada sequer havia sido sentenciada em primeiro grau; e, que "o valor do depósito ofertado comprovadamente não corresponde ao montante da dívida, conforme restou reconhecido por esse Tribunal, quando do julgamento da apelação e dos embargos de declaração" (e-STJ, fl. 148).

A Câmara julgadora, todavia, instada a se pronunciar, não examinou a aplicabilidade, ao caso, das alegações da recorrente, questões essenciais para o resultado do julgamento. Deixou, assim, de sanar a omissão apontada no julgado, em manifesta ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015, o que impõe a devolução dos autos à origem para a completa apreciação da causa.

Exemplificativamente, confirmam-se:

**AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.
OFENSA AO ART. 535 DO CPC.**

1. Se a Corte de origem deixou de examinar alegação do agravado que pode alterar substancialmente o resultado do julgamento, evidencia-se a violação ao art. 535 do Código de Processo Civil, sendo necessário o retorno dos autos para que o Tribunal estadual supra a omissão.

2. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1.663.226/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 22/3/2018, DJe 4/4/2018.)

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE ALIMENTOS. OMISSÃO SOBRE QUESTÃO RELEVANTE. OCORRÊNCIA. INCORPORAÇÃO DA MATÉRIA AO ACÓRDÃO RECORRIDO. PREQUESTIONAMENTO FICTO. MULTA POR EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PROTETATÓRIOS. IMPOSSIBILIDADE. [...].

[...]

3 - Deixando o acórdão recorrido de se pronunciar sobre questão relevante oportunamente arguida pela parte em embargos de declaração, deve ser reconhecida a existência de omissão, com a consequente incorporação, ao acórdão, da matéria suscitada pela parte. Inteligência dos arts. 1.022 e 1.025 do CPC/15.

4 - O reconhecimento da existência de omissão no acórdão conduz logicamente ao reconhecimento de que os embargos de declaração opostos em 2º grau de jurisdição não eram manifestamente protetatórios, devendo ser afastada a multa aplicada à parte a esse título.

[...]

7 - Recurso especial conhecido e provido.

(REsp 1.660.916/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 7/8/2018, DJe 9/8/2018.)

Em face do exposto, dou provimento ao recurso especial para anular o acórdão proferido, pelo Tribunal de origem, no julgamento dos embargos de declaração e determinar que outro seja prolatado, sanando-se a omissão apontada, nos termos acima explicitados.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora